

AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA E UM PROCESSO DE ESTRANHAMENTO DO TRABALHO DOCENTE*¹

*Mayara Duarte Pelegrini
Maria Simone Ferraz Pereira*

Introdução

Para termos uma compreensão mais aprofundada a respeito das políticas educacionais, especialmente a política de avaliação educacional, foco de nossas reflexões, primeiramente é necessário entendermos qual o modelo de Estado a que estas correspondem, bem como as concepções que o sustentam, e que servem de ancoragem para suas ações e intervenções dentro de um contexto social, político e econômico.

O Estado aqui entendido, no contexto de uma sociedade capitalista, possui um projeto político específico, determinado histórica e economicamente. Em curso, desde da década de 1980, tem-se cumprido uma proposta neoliberal de Estado, sendo então, importante situar seu processo no Brasil, bem como a compreensão da teoria social que norteia e sustenta as intenções desse modelo.

Nas últimas décadas do século XXI, a forma de se pensar a escola tem sido adaptada ao modelo empresarial, que é tido como a forma máxima de eficiência nos moldes neoliberais. Assim, por meio da figura do gestor, a ideia da competitividade e produtividade são incorporados a lógica educacional, impulsionando uma educação pautada nos parâmetros da padronização, burocratização, premiação na qual os sujeitos são formados para atender está lógica no mundo do trabalho.

Nesse contexto, a política de avaliação externa tem se constituído como uma possibilidade de imprimir uma lógica de controle e responsabilização nas escolas, professores e alunos, em que, por meio de uma verticalização das normas e formas de organização da escola e da própria prática docente, passam a ser orientados de fora para dentro da sala de aula, tendo retirada a autonomia dos professores sobre a seu trabalho, contribuindo assim, para um processo de estranhamento do mesmo diante do seu fazer, no qual ele não mais se vê e não controla os processos, métodos e conteúdos.

Este trabalho é composto por três sessões, sendo elas: o Estado neoliberal e a educação, que explana sobre o contexto político-econômico do neoliberalismo e como este influencia na forma como a educação é pensada; a segunda é a escola e

* DOI – 10.29388/978-65-81417-67-3-0-f.188-200

¹ Partes do texto foram originalmente publicados em forma de artigo na Revista Olhares e Trilhas, e apresenta agora uma versão refinada com o foco no trabalho estranhado

o papel da avaliação externa dentro desta lógica, na qual busco compreender como a avaliação externa, da maneira como ela se dá dentro desse contexto, afeta a dinâmica da escola e a organização do trabalho do professor; e por fim, o trabalho docente estranhado, que sinalizo como os mecanismos instituídos pelas avaliações externas, contribuem para um processo de alienação do trabalho docente.

1. O Estado neoliberal e a educação

O neoliberalismo se constitui como um pensamento político e econômico, que defende a garantia da plena liberdade individual, dentro de um aparelho institucional que deve assegurar o livre mercado, a concorrência e o direito a propriedade privada. No Brasil, segundo Freitas (2016), as propostas neoliberais tiveram suas bases postas entre os anos de 1995 a 2003, com o presidente Fernando Henrique Cardoso e a “reforma do Estado”, sofrendo certo enfraquecimento com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2003.

Com o golpe que retirou a presidenta Dilma Rousseff do poder em 2016, esses ideais ganham força novamente por meio de uma aliança liberal/conservadora e de um congresso em consonância com tais convicções, sendo através deste último que “os chamados reformadores empresariais da educação, formuladores dessa política, agem criando leis e abrindo facilidades para que a política pública educacional avance nessa direção.” (FREITAS, 2016, p.139)

Nessa concepção, ao Estado compete o dever de garantir os direitos individuais, não cabendo a intervenção ou regulação, garantindo assim, as possibilidades da concorrência dentro do livre mercado, que é o que de fato, deve regular a vida social. Neste aspecto, as políticas sociais, ao serem uma ação estatal na vida pública, se configuram como uma ameaça aos interesses individuais, estabelecendo entraves a liberdade que cada cidadão deve possuir plenamente. Condizendo com tal preceito, a educação não deixa de ser defendida como uma responsabilidade inerente ao Estado, minimizando a necessidade da oferta de um ensino público a todos.

É importante destacar que isto não significa uma anulação do Estado, mas que este deva atuar de forma a garantir os interesses do grande capital, garantindo a livre concorrência e possibilitando a criação de mercados. Com isso, Hill (2003, p. 32), aponta que,

O capital precisa de um Estado intervencionista forte principalmente nas áreas de educação e capacitação – o campo em que se produz uma força de trabalho ideologicamente submissa mas tecnicamente capacitada. A produção social da força de trabalho é crucial para o capitalismo que precisa extrair mais valor excedente possível da força de trabalho de seus trabalhadores.

A implementação neoliberal gerou uma onda de desregulação, principalmente nas relações trabalhistas, privatizações e retirada do Estado das áreas de bem estar social, em que sob a máxima do mercado, buscou-se adaptar as relações sociais as relações contratuais de mercado.

A educação não escapa desta ofensiva neoliberal e, na agenda dos reformadores empresariais, que defendem a privatização dos serviços públicos, se estabeleceu uma mercantilização, criando-se um mercado educacional gerido pelos princípios da concorrência, padronização, mensuração, exclusão, controle e seleção.

Freitas (2014), afirma que na ótica dos reformadores empresariais, a melhoria da educação passa pelo estabelecimento de uma boa gestão e pela transferência da inovação do mundo empresarial para o mundo educacional, por meio da inserção de tecnologia, plataformas de aprendizagem nas escolas. Em busca da implementação desses ideais, se fortaleceu e aprimorou as formas didáticas dentro das instituições, acrescentando-se a estas, os mecanismos de responsabilização baseados em testes, das políticas de avaliação externa.

Com isso, a organização do trabalho pedagógico nas escolas, passa a ser um centro de disputa pelo controle ideológico da educação. Foram atribuídos à educação, princípios e organização da forma empresarial, que se baseia no controle efetivo dos processos e produtos através da figura do gestor, e que se materializa na padronização e rotinização das atividades dos docentes e dos alunos (ENGUIITA, 2008). Tais princípios têm como foco garantir tanto a gestão do dinheiro como das pessoas, evitando-se o desperdício, em todos os sentidos.

Essa visão economicista da escola permeia os diversos movimentos de ensino, aprendizagem e organização do trabalho pedagógico, visando tanto monitorar os resultados das instituições e incitar a competição, controle e responsabilização, instrumentos instituídos pela política educacional.

De acordo com Enguita (2008, p. 126)

O movimento de reforma da educação foi abrangente. Frank Spaulding personificou melhor que ninguém a introdução da análise de custo-benefício em termos de produção escolar. Ele propôs que se avaliasse o produto das escolas com medidas tais como a proporção de jovens de determinada faixa de idade nela matriculados, os dias de frequência por ano, o tempo necessário por aluno para realizar um determinado trabalho, a porcentagem de promoções etc. Tudo isto, obviamente, sem prestar nenhuma atenção ao contexto social ou as peculiares características pessoais ou grupais dos alunos.

A escola, ao estar inserida em uma sociedade competitiva e regida pelo livre mercado, deve promover uma formação e possuir uma gestão, que também estejam dentro de tais parâmetros. Os vínculos sociais, bem como qualquer noção de

humanização ou transformação social são retiradas da educação, que passa a ser vista sob uma perspectiva gerencial.

Seguindo esses princípios, Frigotto (2010, p.34) traz que,

A luta é justamente para que a qualificação humana não seja subordinada às leis do mercado e à sua adaptabilidade e funcionalidade, seja sob a forma de adestramento e treinamento estreito da imagem do mono domesticável dos esquemas tayloristas, seja na forma da polivalência e formação abstrata, formação geral ou policognição reclamadas pelos modernos homens de negócio e organismos que os representam.

A formação humana envolve a ampliação das condições subjetivas, físicas e estéticas do ser, capazes de promover um trabalho que gere autorealização e satisfação das necessidades humanas, pertencendo assim, ao nível dos direitos, e que não pode ser mercantilizada e subjugada aos interesses do capital

2. A escola e o papel da avaliação externa nesta lógica

Uma estratégia central da implementação da reforma empresarial, na lógica neoliberal, é a política de avaliação externa, ancorada nos mecanismos de responsabilização das escolas, professores e alunos (FREITAS, 2014). A política de avaliação externa foi pensada para viabilizar o controle e verificação da qualidade educacional oferecida pelas escolas, sendo fundamentada no diagnóstico da performance dos alunos e das escolas nos testes, e na posterior socialização desses resultados para a sociedade civil.

Em 2007, foi elaborado pelo governo federal o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que relaciona os resultados da Prova Brasil e a porcentagem de reprovação dos estudantes, possibilitando um gerenciamento e o estabelecimento de metas para as instituições.

A lógica dos exames, presente na política, partilha do princípio da competição, que estabelece como foco os resultados obtidos e se torna então, o produto final dos processos educativos. São estabelecidas metas a serem alcançadas, dentro de saberes e habilidades específicas que serão cobradas nas provas, o que reduz a experiência formativa a um pequeno grupo de conhecimentos, tidos como fundamentais e determinantes da qualidade.

A qualidade da educação é vinculada aos resultados nos testes, em que por meio de ranqueamentos e divulgação para a sociedade dos índices de cada escola, coloca-se as mesmas e a educação em uma ótica mercadológica, compreendendo-se que, por meio da competição, se promove uma melhoria no ensino. Entende-se neste aspecto, que o mercado faria a seleção daquelas que possuem uma qualidade suficiente para continuar existindo.

Com isso, os problemas da educação seriam solucionados via uma gestão eficaz, introdução de tecnologias, responsabilização, meritocracia e privatizações, “em um grande movimento para adaptar as escolas às novas exigências da reestruturação produtiva e da promoção do aumento da produtividade empresarial”. (FREITAS, 2014, p. 1088)

A correspondência entre a organização escolar e empresarial possibilita que todos os sujeitos sejam socializados para este modelo de trabalho, baseados em formas de dominação e subordinação, internalizando em cada etapa, o que é necessário para inserir-se no mercado de forma não conflituosa.

Neste aspecto, cada fase escolar é composta por uma sociabilidade própria, e apesar de todos ingressarem nas primeiras, não são todos que chegam ao final da trajetória escolar, sendo assim, “cada grupo social abandona a escola com o tipo de socialização mais apropriado para desempenhar adequadamente sua função no lugar que lhe corresponde na divisão do trabalho” (ENGUITA, 2008, p.152)

A ideia que se coloca é uma igualdade de oportunidades, e não de resultados, em que são considerados apenas os fatores intraescolares nos resultados obtidos pelos alunos, e assim, o sucesso ou fracasso é uma questão de esforço pessoal (FREITAS, 2016), naturalizando e alterando os fatores que se assentam as desigualdades sociais, buscando estruturar as classes sociais em cima da ideia do mérito. Mas, dentro de uma sociedade fundamentalmente desigual, quem possui as condições materiais de aproveitar tais oportunidades? Com isso, mantêm-se os privilégios, mas agora sob um discurso de esforço individual.

Essa ideologia que se faz nas formas e organizações escolares, possui concretude prática e é em torno dela que se dá a socialização e aprendizagem na escola. Enguita (2008 apud Sharp, 1980:86) traz que esta é “um modo socialmente definido de pensar e agir, uma série de convenções e suposições que tornam possível a significação” (ENGUITA, 2008, p.149). Assim, em certa medida, é através desta ideologia prática que se perpetua a acumulação do capital e a divisão social das classes, via escola.

De acordo com Freitas (2014, p. 1094),

A avaliação externa orienta e determina os objetivos e a extensão das disciplinas (em especial português e matemática, mas não menos as demais disciplinas pois que interfere nos tempos que a escola permite dedicar a estas). A repercussão nas outras categorias pedagógicas vai se estabelecendo por meio da pressão crescente das avaliações externas que influencia o quê o professor e a escola assumem como conteúdo e como método

Para além dessa pressão, os exames imprimem na escola uma lógica de competição, que coloca os sujeitos uns contra os outros, e que vai deteriorando as relações ali estabelecidas (FREITAS, 2016). Quando se atrela o processo educativo ao desempenho em um teste, transforma-se a rotina da sala de aula, instituindo-se

mecanismos concorrenciais nas relações entre os professores e entre os estudantes, atribuindo a eles a responsabilidade pelo fracasso ou sucesso.

De acordo com Freitas (2014, p.1099), “os processos de responsabilização concorrenciais rompem a confiança relacional ao exporem indevidamente o desempenho de gestores, pais, professores e alunos”. Consequentemente, as relações escolares são minadas, os sujeitos isolados uns dos outros e colocados em constante competição, o que dificulta a criação de uma rede colaborativa de resistência, que possibilitaria a construção de um ensino e aprendizagem significativos e autônomos.

A maneira como a política de avaliação externa é pensada e concretizada nas escolas, por ranqueamentos baseados nos resultados, estabelece as que tem qualidade e as que não tem, e vincula a isso, uma maior possibilidade de investimento, cria espaço para a existência de diferentes tipos de escola, que vão atender diferentes tipos de alunos.

Enguita (2008), em diálogo com Baudelot e Establet, ao promoverem estudos sobre o sistema francês, que as escolas, dentro da sua multiplicidade de condições materiais de existência e do público que atendem, promovem formações diferenciadas, o que colabora para uma reprodução da divisão social em classes. Para além dessas considerações, ele aponta o que há de comum e que se constitui o cerne das relações sociais da educação, que é a implementação da ideologia prática, que permite as formas de socialização escolar.

Para além de uma exclusão por dentro, perpetuada ao longo da trajetória escolar daqueles que não atendem as expectativas determinadas, se tem uma diferenciação das instituições pautadas nos exames externos.

Quando se pensa na criação desses mercados educacionais, é a detenção do capital econômico e cultural que determina o acesso a diferentes nichos educacionais, que, como parte da expansão do capital em um molde neoliberal, acentua-se as desigualdades sociais, promovendo um processo de desumanização e degradação dos sujeitos, ficam cada vez mais jogados a própria sorte (HILL, 2003).

Na lógica neoliberal de educação, os mecanismos de seleção e competição são vislumbrados como necessários e intrínsecos aos processos escolares, dentre eles, a avaliação, não trazendo as possibilidades concretas que cada escola possui e acentuando-se assim, a exclusão e marginalização dos indivíduos.

As avaliações externas e os mecanismos instituídos por elas de responsabilização e controle, passam a ditar as formas de trabalho docente e expropriam do mesmo o direcionamento de sua prática, contribuem para que o seu fazer lhe seja estranho, perdido de sentido e de prazer, retirando a imbricação entre a vida e o trabalho, artificializando assim, o processo pedagógico.

3. O trabalho docente estranhado

A avaliação externa no modelo neoliberal de educação assume um aspecto central, que orienta todo o processo educativo, se constituindo como uma forma de engessamento do trabalho docente, ao se instituir uma padronização curricular, definição de conteúdos a serem ensinados e que serão avaliados nesses exames, e uma responsabilização dos professores pelos resultados obtidos. Tal aspecto verticalizado e hierárquico, que faz com que as demandas e decisões venham de fora para dentro da sala de aula, retira, em última instância, a autonomia do professor e o sentido de sua prática, que passa a ser ditada por algo que se coloca acima do seu trabalho e do qual ele passa a não ter controle.

Essa perda de domínio sobre o seu fazer, que se torna cada vez mais determinado por instâncias externas e que tornam o seu trabalho prescritivo, aprisionando a prática do professor dentro dos parâmetros que são estabelecidos por essas avaliações, contribui para um processo de alienação do trabalho docente, que abstrai do trabalho a sua qualidade e transforma em quantidade, criando um equivalente comum, que é o trabalho abstrato, que se constitui como aquele tempo socialmente necessário para a produção/efetivação de algo, que é do que se vale o capital (MARX, 2011).

Entende-se o trabalho aqui, como fundante do ser humano, como um saber socializado que tem um projeto e intencionalidade ao ser realizado, por meio do qual, o homem age sobre o meio para transformá-lo, e assim transforma a si mesmo, se construindo nesse movimento, que permite que o sujeito se realize e reconheça no produto final (MARX, 2011). Ao considerarmos o trabalho docente dentro dessa ideia, a implementação de tais políticas de controle e responsabilização, retiraram o sentido ontológico do trabalho dos professores e produz desumanização e embrutecimento, que ao perder o direcionamento de sua prática, passa a não se ver mais nela.

A política de avaliação externa se constitui em possibilidade de controle do ambiente escolar, que se estende desde a formação dos estudantes até o trabalho docente, buscando-se uma padronização, que ao conformar os sujeitos, permite a identificação daqueles que não estão adequados ao padrão, e cujos desempenhos e eficácia são monitorados pelos indicadores de qualidade que emergem desses exames.

A pressão que tais mecanismos infligem à escola e principalmente aos professores, visam estabelecer esta padronização de todas as instâncias escolares, de modo que facilite o controle ideológico das instituições. Tal fato se materializa no cerceamento da organização do trabalho pedagógico das escolas, que ficam subordinados a avaliação externa e seus desdobramentos.

Ao definir o que deve ser dado dentro de sala de aula, as avaliações externas expropriam do professor o controle sobre a sua forma de trabalho, que

passa a ter seu tempo, metodologia e conteúdos estabelecidos de fora para dentro, esvaziando a prática docente, e acentuando também, os processos de exclusão daqueles alunos que não se adequam a este ritmo único estabelecido e do qual, nenhum dos sujeitos escolares, tem controle.

A organização do trabalho pedagógico fica cada vez mais presa e refém de determinações externas à escola, que são pautadas, em muito, pelas avaliações, em formas de gestão empresarial e materiais prontos, inspirados no modelo das empresas, com metas e processos estabelecidos verticalmente e apenas comunicados a comunidade escolar, que deve seguir o padrão determinado, sob a ameaça de serem punidos caso descumpram as normas fixadas.

Tal processo de aumento do controle dos trabalhadores sobre o seu fazer, que retira a autonomia, gera, segundo Braverman (1981), um processo de desprofissionalização, que retira a especificidade das profissões, descategorizando-as. Neste aspecto, é importante estabelecer o que se entende como profissional, sendo aquele do qual se é exigido uma formação específica, que lhe confere certa autonomia, resguardada pela sua categoria.

Quando se a especificidade da profissão, possibilitando que qualquer pessoa possa realizá-la, promove assim, um enfraquecimento da categoria, que acarreta também em uma proletarização, que coloca em xeque a profissão e a subjugação a lei do mercado e ao valor mais barato da força de trabalho, com relações de trabalho cada vez mais precarizadas.

Diante de um processo pré-estabelecido, os professores, para além da perda da sua autonomia e desse processo acima citado, também sofrem uma desqualificação, que alinha a formação destes às exigências do processo produtivo. A organização do trabalho pedagógico é pressionada para se moldar de acordo com as finalidades estabelecidas para a educação. Segundo Freitas (2014, p. 1103),

O controle gerencial verticalizado nas escolas, o apostilamento e o planejamento “passo a passo” fazem com que seja desnecessária uma grande preparação profissional, bastando que professores improvisados, treinados em seguir apostilas e obedecer sejam suficientes para os novos propósitos.

Com isso, o próprio regime de trabalho docente é revisto, considerando-se que, dentro de um molde empresarial de eficácia, a estabilidade impede a concorrência e a busca pela qualidade neoliberal. Consequentemente, é preciso que as escolas públicas sejam adequadas a esta lógica e para tal, privatizadas ou terem seus processos terceirizados, afetando por completo o modo de trabalho e a autonomia dos professores (FREITAS, 2004).

Todo esse processo de engessamento e de controle técnico e político do trabalho docente, que vai cerceando a liberdade e autonomia dos professores,

contribui para um processo de estranhamento do mesmo diante do seu trabalho, no qual ele não mais se enxerga e nem atribui sentido, por ser algo cujas determinações e formas de ser, lhe são completamente externas e as quais ele já não possui mais controle.

O produto do seu trabalho se faz um ser estranho a ele, independente e no qual ele não mais se enxerga. Assim, “o estranhamento não se mostra somente no produto, mas também, e principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva” (MARX, 2011, p. 82). Nesse processo, o trabalhador nega a si mesmo no trabalho, que ao ser pertencente a outro, faz com que o próprio trabalhador perca a si mesmo.

Este trabalho alienado, se torna um tempo de flagelo, no qual o trabalhador se vê obrigado a cumprir funções que não controla e cujo processo e fim não lhe pertencem, tornando as situações, as coisas e a sua própria essência estranha a ele. Assim, “o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para a sua existência” (MARX, 2011, p. 85).

Ao estar estranhado do seu trabalho, de si mesmo e de sua essência, o trabalhador também não se reconhece no outro, perdendo a coletividade. Esse isolamento e individualização, é importante para a implementação de um trabalho prescritivo, em muito estabelecido pelos mecanismos das avaliações externas, que faz com o trabalhador redirecione essa parceria para a empresa e construa uma subjetividade individualista, além de perder, em muito, ao se ver sozinho, sua força para lutar por transformações.

O trabalho docente possui uma relevância no contexto de implementação de um projeto voltado aos interesses do capital e perpetuação de suas estruturas sociais, visto que, eles contribuem para a formação dos sujeitos, possibilitando ou não, uma conformação desses a ordem vigente, e no “desenvolvimento e na força da única mercadoria sobre a qual depende o sistema capitalista: a força de trabalho (HILL, 2003, p. 27)

São estes profissionais que possibilitam a produção dessa força de trabalho, capacitando-a com habilidades, competências e mentalidades adequadas ao modo de trabalho capitalista. Assim, há necessidade de controle desse processo, para que se garanta que ele ocorra dentro da prescrição, e que se evite a instituição de formas de resistência.

Para garantir a reprodução do capital, dentro de um projeto neoliberal, é preciso possibilitar que os indivíduos sejam convencidos de que este é a única forma possível de organização social e que ele, e todas as suas implicações visivelmente nefastas para os trabalhadores, são legítimas.

Assim, Hill (2003, p. 41) afirma que,

Para acabar com este processo de falta de legitimidade, para assegurar que a maioria da população considere o governo e o sistema econômico do monopólio privado legítimo, o Estado usa seus instrumentos ideológicos como as escolas e as universidades para ‘naturalizar’ o capitalismo – para fazer com que o status quo existente apareça ‘natural’, para tornar hegemônico o ‘senso comum

É importante que os sujeitos aceitem os papéis e a forma como a sociedade se dá, de modo a naturalizar os processos e estruturas sociais. Assim, “a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema (MÉSZÁROS, 2010, p. 44). Essa internalização e subjetivação das determinações do sistema, possibilita a conformação e subordinação dos sujeitos dentro dos limites do capital e de acordo com as exigências de reprodução.

A educação formal se constitui como uma parte importante da internalização das determinações do sistema, e que sinaliza para as funções que deve desempenhar dentro de uma sociedade capitalista. Mas, é válido ressaltar que, tal mecanismo possui limites e encontra resistências dentro do espaço escolar, se constituindo assim, como um campo de disputa.

De acordo com Frigotto (2010), esta disputa se faz, histórica e concretamente, na busca pelo controle e possibilidade de articular os processos e conteúdos escolares, bem como das concepções que norteiam as práticas educativas, alinhando-as aos interesses de classe.

A transformação passa, necessariamente, pela educação escolar, mas não apenas e nem ela, por si mesma, possui a capacidade de romper com essa lógica do capital, mas não devemos ignorar o papel que a ela possui nesse processo. Mézáros (2010, p. 46), traz que

O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta

Assim, no que concerne à educação, é preciso ampliar a compreensão e entendê-la como algo que permeia e está presente em todas as instâncias sociais, e com isso, buscar ferramentas que rompam com a essa lógica do capital, entendendo esse movimento como um processo coletivo, no qual, o aprendizado se dá no bojo das relações sociais.

A modificação de forma duradoura do metabolismo societal passa necessariamente pela mudança nas formas de internalização dos sujeitos, que foram sendo historicamente construídas e que são dominantes, sendo que, “uma mudança radi-

cal no modo de internalização agora opressivo, que sustenta a concepção dominante do mundo, o domínio do capital pode ser e será quebrado” (MÉSZÁROS, 2010, p.53).

O trabalho docente ao ser alienado, desumanizado, também produz desumanizações. A luta por um resgate da humanidade das relações e de transformação social, passa pela reapropriação do professor do seu trabalho, do controle e autonomia da sua prática, em muito, inviabilizado pelos instrumentos de responsabilização de que se valem as avaliações externas.

Com isso, é pelo próprio trabalho que é possível reverter esse processo de estranhamento, promovendo uma transformação das condições materiais de existência, em sua totalidade. Para Mézáros (2010), essa superação se dá pela ação consciente e histórica, por meio de uma forma nova de metabolismo reprodutivo social dos “produtores livremente associados”, que abarca uma modificação constante das consciências bem como das conjunturas objetivas que possibilitam a reprodução da sociedade.

Os princípios que norteiam a educação devem romper com as imposições de conformidade e submissão do capital, buscando se conectar com a vida, com as lutas e contradições sociais (FREITAS, 2014). Ao se isolar, a escola se artificializa e separa os alunos e os professores, de uma educação mais ampla e ativa, instituindo mecanismos e instrumentos que possibilitem esse controle, e dentre estes, as avaliações, que vão atuar na busca pela padronização e monitoramento da rotina escolar, e que contribuem para um processo de alienação dos sujeitos.

O espaço escolar deve ser pensando como espaço de lutas, vinculado as comunidades, aos sindicatos e aos movimentos sociais, onde se aprenda “a existência diária, material das classes exploradas” (HILL, 2003, p. 44), vivenciando o trabalho com essas comunidades e criando um local que, a partir das experiências compartilhadas, seja de contestação.

O trabalho enquanto gênese do ser humano e que cria a realidade concreta desses, se faz como um princípio educativo, do qual todo ser deve ser socializado (FRIGOTTO, 2010). A existência humana precisa ser produzida, na relação com o meio, e tal processo, precisa ser aprendido através da experiência.

Trabalho e educação estão intrinsecamente ligados, e sua compartimentalização atua somente para perpetuar o controle e manutenção do sistema. Dessa forma, uma superação da alienação do trabalho, para que este seja uma atividade dotada de sentido humanizador e de sociabilidade humana, passa pela universalização conjunta da educação e do trabalho como atividade autorealizadora (MÉSZÁROS, 2010).

Considerações finais

No projeto neoliberal, o Estado deve possibilitar uma livre competição entre os indivíduos e instituições, regida pelo mercado, sem intervenções ou regulações que cerceiem a liberdade individual, atuando assim, de modo a garantir os interesses do grande capital. A educação, adequada a este modelo, é mercantilizada, abrindo-se assim, para o mercado, e sendo regida por seus princípios, que contribuem para aumentar as desigualdades sociais e escolares.

As avaliações externas se fazem como um ponto chave de concretização dessa lógica, sendo sustentadas por instrumentos de responsabilização das escolas, professores, alunos, e de incentivo a competição entre estes, além de contribuírem para um engessamento do trabalho docente, que vai lhe retirando a autonomia.

Esses mecanismos que controlam, técnica e politicamente, o trabalho do professor, cerceiam a liberdade e autonomia, e contribui para um processo de estranhamento do mesmo diante do seu trabalho, ao se tornar algo cujas determinações e formas de ser lhe escapam, e as quais ele já não possui mais controle.

Neste aspecto, é importante ressaltar o papel que estes desempenham, visto que, são eles que formam a força de trabalho necessária ao capital, sendo necessário assim, a obtenção de um controle sobre esse processo, de modo a assegurar que ele ocorra dentro do estabelecido.

A educação escolar, na forma como ela se dá, possibilita que os indivíduos internalizem as determinações e regras do capital, tomando para si esses objetivos e assimilando os papéis a serem desempenhados, o que promove uma naturalização das estruturas sociais.

Para que possamos pensar outra lógica social, a educação deve romper com tais mecanismos de submissão e conformação ao capital, e se conectar com as lutas e vivências das comunidades e dos movimentos sociais, entendendo o trabalho, em seu sentido ontológico, como um princípio educativo, que possibilita a criação da realidade material humana.

Referências

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar. 1981. (parte V)

ENQUITA, M. F. **A Face Oculta da Escola**. Porto Alegre: Clube dos Eds. 2008. (cap. 4 e 5).

FREITAS, L. C. de. Três Teses sobre as Reformas Empresariais da Educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago. 2016

FREITAS, L.C.de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Ed. Soc.**, Campinas, v.35, n.129, p. 1085-1114, out.-dez., 2004

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez. 2010. (parte 1)

HILL, D. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. **Currículo Sem Fronteiras (online)**. 2003

MARX. K. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Boitempo. 2011. (primeiro manuscrito: trabalho alienado)

MÉSZÁROS, I. **Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2010.